

## Cartografias do Brasil indígena

*Cartographies of indigenous Brazil*

*Cartografías del Brasil indígena*

**Juliana Grasiéli Bueno Mota**

Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

[julianamota@ufgd.edu.br](mailto:julianamota@ufgd.edu.br)

**Resumo:** Revisitar cartografias coloniais do século XVI e subverte-las para pensar um Brasil indígena é o objetivo primeiro deste texto. Também, a partir de novos desenhos sobre o mapa do Brasil, produzido por dois pesquisadores Kaiowá que vivem no Mato Grosso do Sul, apresentamos outras formas para pensar e imaginar uma cartografia indígena do Brasil, conforme autoria indígena. Como mapas “apagam” as pessoas indígenas e suas histórias podem indicar fortemente a presença de um Brasil indígena? A produção de outros desenhos cartográficos sobre o Brasil e sua formação socioespacial indicam e produzem uma cartografia do protagonismo dos povos indígenas do passado, do presente e, com certeza, como adverte Ailton Krenak (ano), na construção de um futuro ancestral.

**Palavras-chave:** Povos indígenas. cartografias. Geografias e autoria indígena. futuro ancestral.

**Abstract:** The text's primary objective is to revisit colonial cartographies from the 16th century and subvert them to think about an indigenous Brazil. Also, based on new drawings on the map of Brazil produced by two Kaiowá researchers who live in Mato Grosso do Sul, we present other ways to think and imagine an indigenous

cartography of Brazil from the authorship of indigenous people. How can maps that “erase” indigenous people and their stories strongly indicate the presence of an indigenous Brazil? The production of other cartographic drawings about Brazil and its socio-spatial formation indicate and produce a cartography of the protagonism of indigenous peoples in the past, present and, certainly, as Ailton Krenak emphasizes, in the construction of an ancestral future.

**Keywords:** Indigenous peoples. Cartographies. Geographies and indigenous authorship. ancestral future.

**Resumén:** Revisar las cartografías coloniales del siglo XVI y subvertirlas para pensar en un Brasil indígena es el objetivo primordial de este texto. Además, a partir de nuevos dibujos sobre el mapa de Brasil, realizados por dos investigadores kkaioiwá que viven en Mato Grosso do Sul, presentamos otras formas de pensar e imaginar una cartografía indígena de Brasil, según la autoría indígena. ¿Cómo pueden los mapas “borrar” a los pueblos indígenas y sus historias que indican claramente la presencia de un Brasil indígena? La producción de otros dibujos cartográficos sobre Brasil y su formación socioespacial indican y producen una cartografía del protagonismo de los pueblos indígenas en el pasado, el presente y, ciertamente, como advierte Ailton Krenak, en la construcción de un futuro ancestral.

**Palabras clave:** Pueblos indígenas. cartografías. Geografías y autorías indígenas; futuro ancestral.

## Introdução: Brasil profundo

Por má consciência e boas intenções, imperou durante muito tempo a noção de que os índios foram apenas vítimas do sistema mundial, vítimas de uma política e de práticas que lhes foram externas e que os destruíram. Essa visão, além de seu fundamento moral, tinha outro, teórico: é que a história [também a geografia], movida pela metrópole, pelo capital, só teria nexos em seu epicentro. A periferia do capital era também o lixo da história. O resultado paradoxal dessa postura “politicamente correta” foi somar à eliminação física e étnica dos índios sua eliminação como sujeitos históricos [e geográficos]. (CUNHA, 1992, p. 18)

Este é um texto que pretendia ser maior do que é. Foi sonhado para pensar e representar as cartografias indígenas que, quase sempre, sofreram tentativas de apagamento da história oficial hegemônica do mito de fundação do Brasil, na construção do Brasil Profundo que habita nossas (como identidade coletiva) imagens e representações sobre os povos indígenas.

O conceito “Brasil Profundo”, de que partimos, é inspirado em Guillermo Bonfil Batalla ([1990] 2019) que, ao elaborar uma análise histórica sobre o México, – arrancando-a sua máscara moderna talhada no colonialismo –, foi construído sobre os escombros das histórias e geografias indígenas. Ao elaborarmos um texto sobre as cartografias de um Brasil indígena, quiçá sua história oficial, podemos dar destaque aos povos indígenas como protagonistas. Também possibilitamos o revés de uma narrativa oficial, a qual os exclui dos primeiros capítulos da história nos primórdios da colonização, e, além de excluir, os representa em papéis secundários e à disposição dos europeus. Sobre isso Maria Regina Celestino de Almeida faz uma importante constatação em sua tese de doutoramento, a seguir:

Desde o século XIX, com raríssimas exceções, os índios têm tido participação inexpressiva em nossa história, na qual, em geral, aparecem como atores coadjuvantes, agindo sempre em fundação dos interesses alheios. Aliás, não agiam, apenas reagiam a estímulos externos sempre colocados pelos europeus. Tem-se quase a impressão de que estavam no Brasil à disposição destes últimos, que deles se serviam à

vontade, descartando-os quando não mais necessários: teriam sido úteis para determinadas atividades e inúteis para outras, aliados e inimigos, bons ou maus, sempre de acordo com os interesses e objetivos dos colonizadores. (ALMEIDA, 2013, p. 25-26)

O coração deste texto parte de um olhar atento sobre as experiências dos indígenas como protagonistas da construção do Brasil, opondo-se à ideia de um Brasil cujas cartografias produzidas sobre os indígenas os enrijecem no passado como mansos e submissos; com culturas puras e autênticas e, que após o contato com a sociedade colonial, só poderiam viver como indígenas “aculturados” ou dizimados.

O Brasil, um país ainda jovem comparado à experiência de muitos países europeus, completou em 2024, 524 anos de seu “descobrimento”, em abril desse ano. Todavia, a conformação deste país não se construiu no reconhecimento dos indígenas como agentes políticos de sua história, da produção de sua geografia. Geógrafos e geógrafas ainda insistem com a ideia de indígenas “aculturados<sup>1</sup>”, em pleno século XXI.

Ainda se ignora o indígena como produtor de histórias, colocando-o na condição de vítima sem reconhecer sua capacidade intelectual de tomadores de decisões. O reconhecimento do indígena como ser completo ainda “não ultrapassa os restritos círculos<sup>2</sup>” de poucos e poucas geógrafas preocupados em aprender sobre o pensamento indígena, mas, quase sempre, adaptar tal pensamento às caixinhas de suas disciplinas e interesses.

---

<sup>1</sup> Os indígenas e seus modos de vida, aquilo que podemos definir apressadamente de cultura, sempre foram vistos a partir de uma perspectiva de pureza, autenticidade e subalternidade. Essa era a perspectiva assimilacionista que almejava a integração do indígena à sociedade nacional como *indígena aculturado*. Tal perspectiva é recorrente no pensamento de Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes, que apesar da grandiosidade e necessidade de seus trabalhos, partiam do princípio que, após o contato com a “civilização”, os indígenas iriam, progressivamente, perder suas características originais. “A aculturação era entendida como o esvaziamento progressivo de culturas originais e em oposição a ela destacava-se a resistência, ato de extrema bravura e rebelião contra o domínio colonial que, no entanto, uma vez reprimido, reservava aos seus heróis o triste papel de vencidos, cuja única opção era aceitar passivamente a nova ordem que se impunha (ALMEIDA, 2013, p. 26).

<sup>2</sup> Carlos Alberto Ricardo fazia a mesma ponderação, na década de 1990, sobre os desafios de estudantes e professores saberem mais sobre os indígenas brasileiros contemporâneos.

Desde 1970, mas, principalmente, com as renovações historiográficas e antropológicas a partir de 1999, muita coisa mudou, inclusive na Geografia. Sobretudo porque a ocupação do indígena na cena nacional também passou por transformações. Pela primeira vez na história do Brasil têm-se uma ministra indígena, Sonia Guajajara. Ainda, em 2023, tem-se no cargo a primeira mulher indígena, Joênia Wapichana, a assumir a presidência da FUNAI (que passou a ser denominada de Fundação Nacional dos Povos Indígenas). Tantas e tantas outras conquistas que só é possível de ser explicada pela/na mobilização secular dos povos indígenas.

Mota (2015) em diálogo com a definição de espaço da geógrafa Doreen Massey (2008), destaca que noções de autenticidade ou identidades imutáveis estão pautadas pelo desprezo em pensar o reconhecimento do espaço e dos outros em termos de abertura. O espaço não é uma superfície, um sistema fechado e estático, um lugar inexorável caracterizado pelas grandes narrativas ligadas à modernidade, pautado nos fundamentos do “progresso”, do “desenvolvimento” e da “modernização” (MASSEY, 2004; 2008). Tal compreensão poderá no levar a conceber povos com suas culturas e lugares simplesmente “como um fenômeno ‘sobre’ essa superfície” à espera de Colombo, Cabral, Cortez... à espera da civilização (MASSEY, 2008, p. 23).

Massey propõe “imaginar o espaço como uma simultaneidade de estórias-até-agora” (2008, p. 29) ao reconhecer sua composição como produto de inter-relações onde coexistem uma multiplicidade de histórias e trajetórias nunca inacabadas e sempre em devir. Pensar o espaço como devir é a possibilidade do “reconhecimento mais completo da diferença [...] reconhecer que os ‘outros’ realmente existentes podem não estar apenas nos seguindo, mas ter suas próprias estórias para contar” (MASSEY, 2004, p.15).

Cartografias de um Brasil indígena são aqui apresentadas para demonstrar a construção de um país que, desde o seu nascimento, é indígena; e que antes mesmo de ser Brasil era dos povos indígenas. Estima-se que na época pré-cabraliana existiam uma diversidade étnica de mais de 1500 povos que falavam, aproximadamente, 1200 línguas diferentes (RODRIGUES, 1993) com modos de vida e organização socioespacial complexa. Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), são 274 línguas indígenas faladas em território brasileiro para uma diversidade étnica de 305 povos.

Como se vê, a redução de povos e línguas indígenas pós-contato foi drástica. Somente no século XX, com o projeto de integração nacional e avanço das fronteiras de expansão, Darcy Ribeiro contabiliza os prejuízos do contato por troncos linguísticos: “[...] os Tupi, representados em 1900 por 52 grupos, foram reduzidos a 26; os Aruak, que eram 37, reduziram-se a 23; os Karib passaram de 32 a 22; os Jê, de 27 a 18. Os demais grupos de nossa amostra caíram de 82 para 54” (RIBEIRO, 1996, p. 280). Todavia, importante pensar que a colonização com toda a violência não conseguiu excluir os processos de reconstrução e recriação étnico-cultural conduzidos pelos indígenas, de modo que é “um erro grave crer que a história da conquista representa, para os índios, uma sucessão linear de perdas em vidas, terras e distintividade cultural” (FAUSTO, 2000, p.57).

Tendo já percorrido parte da trajetória deste texto, tomando as informações apresentadas, continuamos buscando apresentar os indígenas como tomadores de decisões, com interesses e histórias próprias sem a prerrogativa de serem “massa de manobra” para validar os interesses de outrem, de modo que, é exatamente por isso, a única possibilidade de explicar a presença indígena na sociedade brasileira contemporânea.

Com a finalidade de esclarecer ao leitor ou a leitora, definimos nossa compreensão de cartografias ao reconhecê-la como uma produção autoral, – não somente individual, mas, sim, coletiva –, que produz imagens e representações sobre os outros e seus lugares com intenções de “contar” ou “esconder” algo. Apresentar e refletir sobre o Brasil indígena a partir de cinco cartografias produzidas em espaço-tempo diferentes, também por seus contextos dos autores que os produziram, mas que falam e produzem o Brasil, os Brasis profundos.

As respectivas cartografias: 1. Planisfério de Cantino (1502); 2. Terra Brasilis ou carta do Brasil (1519), produzida pelo cartógrafo Português Lopo Homem (para o Rei de Portugal); 3. Mapa das Capitânicas Hereditárias. Carta Geral do Brasil, c. 1586-90, de Luís Teixeira; 4. Cartografia dos tape na produção do ára joguigui, do kaiowá guarani Eliel Benites; 5. Yvy Kãdire do kaiowá guarani Germano Lima Alziro.

Apesar de algumas cartografias, àquelas desenhadas no século XVI, representarem o indígena obediente, submisso, manso e em vias de

desaparecimento, demarcam que o Brasil desde o “nascimento” é indígena. Outras cartografias (e mesmo elas) enfatizam a presença indígena, questionam a ideia de oposição rígida entre dominadores e dominados na relação entre indígenas e não indígenas de modo a colocar em suspensão o caráter estático e passivo dos indígenas e trazê-los à cena do Brasil do presente-futuro: o indígena no cenário da política contemporânea e na definição de políticas governamentais.

João Pacheco de Oliveira advertiu que “os índios são personagens quase exclusivos dos primeiros capítulos da história quando se fala dos primórdios da colonização” (OLIVEIRA, 2002, p.11). A partir do século XIX os indígenas têm tido participação inexpressiva na história do Brasil, aparecem, em geral, como atores coadjuvantes que agem a partir dos interesses alheios.

As tentativas de apagamento dos indígenas das narrativas da história oficial como sujeitos políticos, – na produção de imagens e representações na condição de apenas vítimas e passivos aos desejos da colonização e seus colonizadores – corroborou na construção de cartografias de um Brasil que, quase sempre, serviu para dominar e silenciar a “alma indígena<sup>3</sup>”.

Por tudo isso, cartografias precisam ser repensadas e novas cartografias precisam ser produzidas, como as que estão sendo imaginadas pelos indígenas ao falarem de si e por si mesmo, na construção de contranarrativas “ao contar a própria versão, a presença indígena não faz parte apenas de uma história passada, mas sim de uma história que está sendo tecida no presente, rumo ao futuro” (XACRIABÁ, 2020, não paginado). Repensar e produzir novas cartografias é lançar novas imaginações espaciais sobre o espaço de ação dos povos indígenas, ou, por definição, “repensar (e produzir) suas imagens”..

---

<sup>3</sup> Para Gambini (2002, p.87) a alma indígena é a identidade brasileira assentada na mulher indígena que foi negada pelos colonizadores, pelos jesuítas. “O povo brasileiro vem de um homem branco e uma mulher índia. Mas só sobra o corpo da mãe: a psique, a cultura, a ancestralidade, os significados que vêm de seu mundo foram negados”.

## Os indígenas nas cartografias do Brasil do século XVI

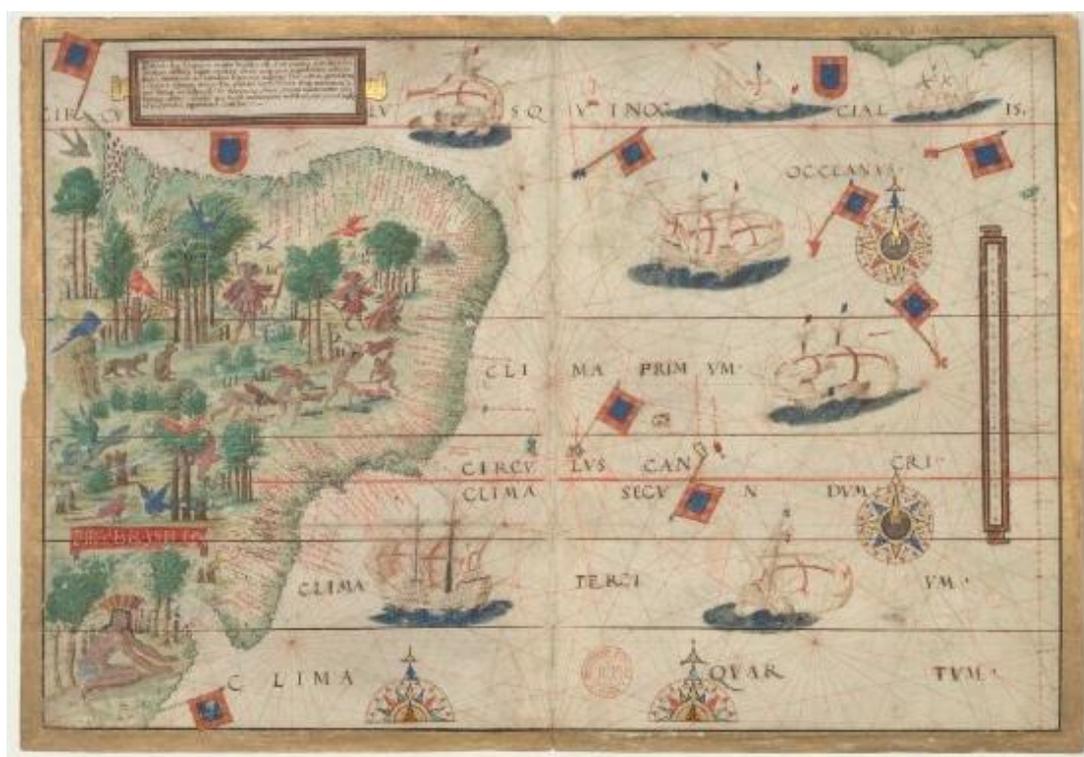
Difícil imaginar o impacto e o significado da “descoberta de um Novo Mundo”. Novo, porque ausente dos mapas europeus; novo, porque repleto de animais e plantas desconhecidos; novo, porque povoado por homens estranhos, que praticavam a poligamia, andavam nus e tinham por costume fazer a guerra e comer uns aos outros. Eram canibais, armavam os primeiros relatos, cheios de curiosidade, exotismo e imaginação. (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 21)

Os povos indígenas desde o “descobrimento” foram diretamente impactados pelo imaginário do ocidente, pelas práticas e imagens produzidas pelo colonialismo que ainda hoje persistem e estão enraizadas em nossa sociedade “moderna”. As quatro cartografias a seguir contam a história do nosso país com o intuito de apagamento, submissão e naturalização dos povos indígenas.

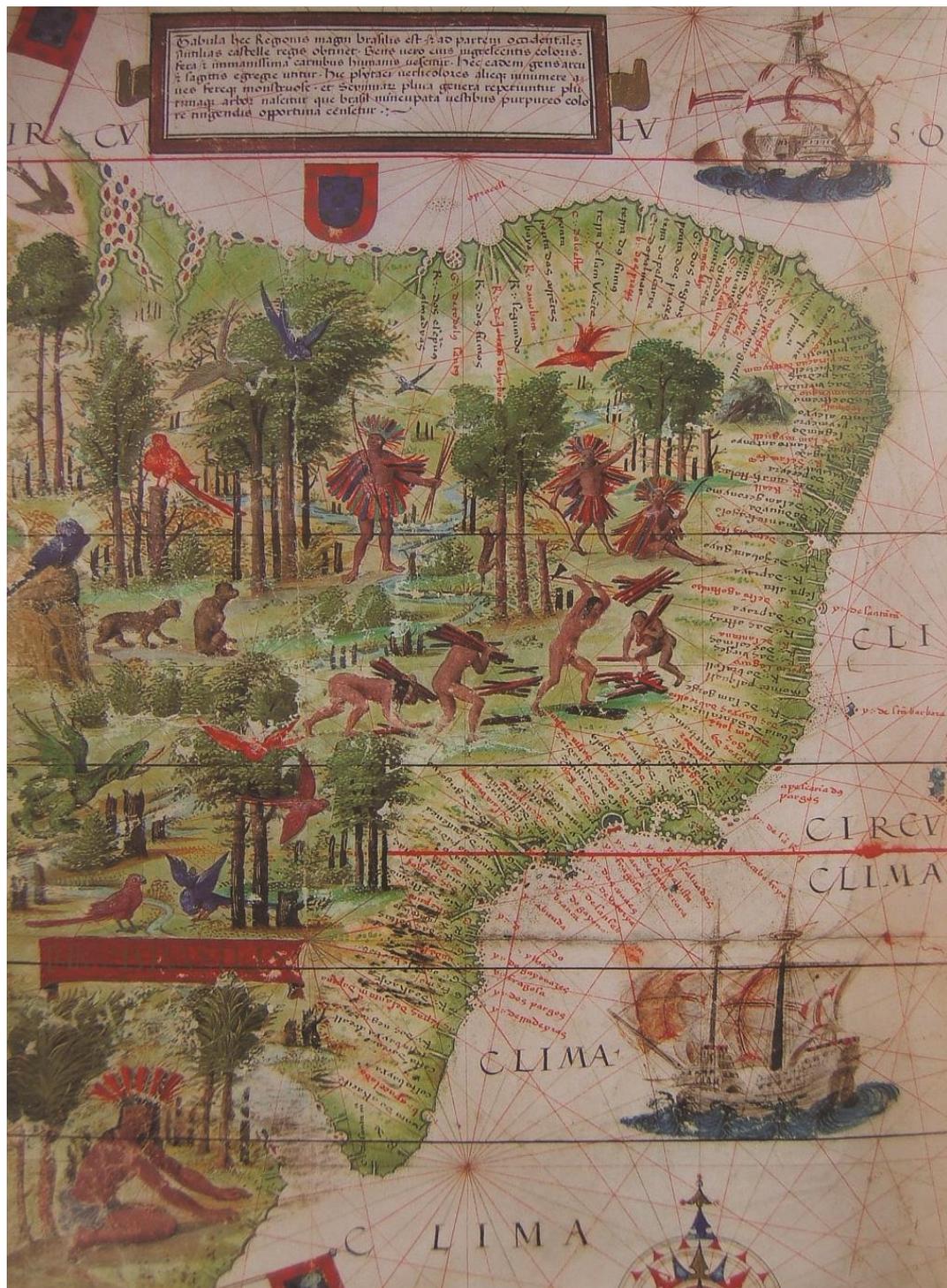
Tais cartografias também são, nesse sentido, representações clássicas do indígena como papel secundário na colonização e, conseqüentemente, na formação do Brasil. São elas: (Figura 1) Cartografia do Planisfério de Cantino, (Figura 2) Cartografia Terra Brasilis ou carta do Brasil, (Figura 3) Detalhes do continente – Cartografia Terra Brasilis ou carta do Brasil e (Figura 4) Cartografia das Capitanias Hereditárias.



**Figura 1 – Cartografia do Planisfério de Cantino (1502)**  
*Fonte: Cartografo Português Lopo Homem desenhado para o Rei de Portugal.*



**Figura 2 - Cartografia Terra Brasilis ou carta do Brasil (1519).**  
*Fonte: Cartografo Português Lopo Homem desenhado para o Rei de Portugal.*



**Figura 3 - Detalhes do continente - Cartografia Terra Brasilis ou carta do Brasil (1519)**

*Fonte: Cartografo Português Lopo Homem desenhado para o Rei de Portugal.*

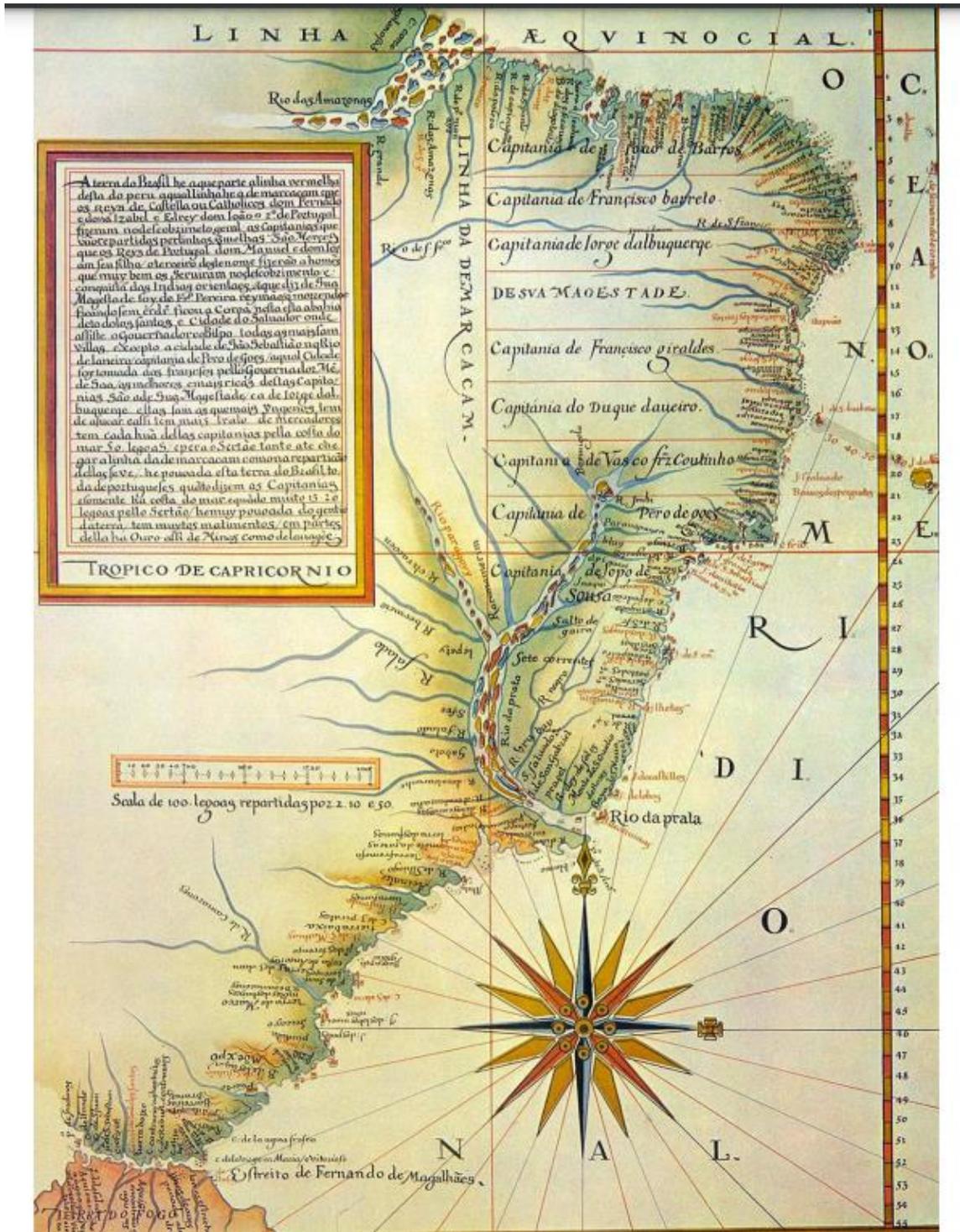


Figura 4 - Cartografia das Capitânicas Hereditárias. Carta Geral do Brasil (1586-90), de Luís Teixeira

Fonte: Cartografo Português Lopo Homem desenhado para o Rei de Portugal

As cartografias representam um Brasil em formação, em “descobrimento”, de modo que sua produção nunca foi – e nunca será – obra do acaso, mas, sim, contam ou escondem como o Brasil se produziu como nação. Cartografias dizem bem mais do que representam, muitas vezes a sua produção é exatamente esconder o que insiste em aparecer (DORÉ; FURTADO, 2022). Ou melhor, aparecer exatamente como se quer produzir, como é o exemplo do nascimento de uma nação como o Brasil que, desde o seu princípio, negou a existência plena de humanidade dos povos indígenas.

A imagem 1, o planisfério de Cantino, é um marco da cartografia, uma síntese sobre o saber geográfico e náutico do século XV e XVI. Apontado como o primeiro mapa conhecido a representar o que seria o Brasil. Foi confeccionado em seis folhas de pergaminho, sem assinatura (apesar de ser atribuído a um cartógrafo português) e sem data, e está preservado na biblioteca Estense, em Modena, na Itália, e mede 1.05 X 2.20m (DORÉ, 2022). Ainda é o primeiro desenho a incorporar a linha do equador, os trópicos de câncer, capricórnio e o círculo polar ártico, o que permitiu uma renovação nos rumos da navegação moderna e da produção cartográfica.

O desenho dessa cartografia incorpora um traçado de rosas-dos-ventos, círculos com 32 pontas, que definiram os rumos da navegação. Nessa cartografia os indígenas não estão representados em seu desenho, tampouco as toponímias dos lugares, o que pode ser explicado pela pouca informação sobre a “nova terra descoberta” do ponto de vista dos portugueses. Todavia, os indígenas aparecem nos escritos e legendas, uma prática muito recorrente dos cartógrafos da época a fim de preencher os espaços vazios dos mapas. Na legenda lê-se:

A Vera Cruz chamada pelo nome a qual achou Pedro Álvares Cabral, fidalgo da casa do Rei de Portugal e ele a descobriu indo por capitão-mor de catorze naus que o dito Rei mandava a Calicute e no caminho indo topou com esta terra, a qual terra se crê ser terra firme na qual há muita gente de descrição andam nus homens e mulheres como suas mães os pariram; são mais brancos que baços e têm os cabelos muito corredios; foi descoberta esta dita terra na era de quinhentos. (DORÉ, 2022, p. 24).

Destaca-se ainda as “araras ou ‘papagaios’ [que] representam também o primeiro contato com a natureza e o que ela poderia oferecer. A busca de riquezas minerais era, como se sabe, uma das principais motivações das viagens marítimas”. (DORÉ, 2022, p. 27).

Na imagem 2 vê-se um grande salto de conhecimento geográfico da costa brasileira, e ainda aparecem as entradas dos rios Amazonas e Prata. Seu desenho detalha as relações mais intensas de exploração das novas terras no primeiro século de colonização, sua natureza, fauna e flora, aparecem fortemente detalhadas nessa cartografia, assim como a indicação da submissão indígena na extração do pau-brasil.

O espaço atlântico é ocupado por caravelas e rosas dos ventos que demarcam o poder da Coroa portuguesa. Quanto à imagem do indígena, na sua legenda e título, apresenta-se da seguinte forma:

Esta carta é da região do grande Brasil e do lado ocidental alcança as Antilhas do rei de Castela. Quanto à sua gente, é de cor um tanto escuro. Selvagem e cruelíssima, alimenta-se de carne humana. Este mesmo povo emprega, de modo notável, o arco e as setas. Aqui [há] papagaios multicores e outras inúmeras aves e feras monstruosas. E encontram-se muitos gêneros de macacos e nasce em grande quantidade a árvore que, chamada brasil, é considerada conveniente para tingir o vestuário com a cor púrpura. (DORÉ, 2022, p. 26).

Os indígenas e a natureza, aquilo que os iria distinguir da humanidade e da cultura, eram equivalentes nos desenhos de cartógrafos e, respectivamente, seus colonizadores, – tal como o escrito nessa cartografia ao retratar a nudez entre os indígenas –, as formas como se relacionavam com as plantas e os animais. Exatamente por comporem uma outra racionalidade, europeus não conseguiam compreender as formas outras de estar vivo e habitar a terra. Inclusive, destacam-se as diferentes formas de nomear os lugares. Percebe-se na cartografia (imagem 4), mapa das capitanias hereditárias, produzida por Luís Teixeira, que apresenta diferenças marcantes entre os topônimos indígenas e os nomes que os portugueses davam aos lugares que conheciam.

Os nomes indígenas, em geral, contêm elementos que ajudam a identificar o lugar, são descritivos, como “batucabaru”, montanha que serve de cavalo para as nuvens, ou “Ytapoã”, que significa pedra levantada. A nomeação portuguesa, por sua vez, associa-se a formas de tomada de posse, tanto a posse política, pela Coroa portuguesa, quanto religiosa, pela Igreja de Roma. (DORÉ, 2022, p. 28-29).

A cartografia de Luís Teixeira é o primeiro em que está desenhada a divisão das capitanias hereditárias, criadas em 1534, durante o reinado de D. João III (1521-1557). A divisão de terras e entrega a donatários é uma amostragem bastante evidente, desenhada na cartografia, da interferência mais sistemática de Portugal sobre as novas terras “descobertas” e os indígenas. As capitanias se constituíram em doze setores lineares, com extensões que variavam de 30 a 100 léguas (ou entre 180 a 600 quilômetros, considerando a relação 1 légua = 6 km). Os donatários tinham obrigação de nelas nomearem autoridades administrativas, receber taxas de impostos para a coroa, além de redistribuir as terras, chamada de Lei de Sesmarias<sup>4</sup> (PRADO JÚNIOR, 2004).

Destaque importante sobre as capitanias hereditárias, pouco conhecida historicamente, é o papel dos indígenas nas relações com os donatários e as possibilidades de sua prosperidade ou não. Sabe-se que os colonizadores precisavam, e fizeram uso recorrente, de aliar-se aos indígenas para obterem êxito nos processos de ocupação e exploração do novo mundo. A historiadora Maria Regina Celestino de Almeida, em uma análise rigorosa sobre documentos históricos do século XVI, destaca que as “duas capitanias que mais prosperaram, São Vicente e Pernambuco, foram aquelas cujos donatários puderam contar com o apoio inestimável de lideranças indígenas com as quais estabeleceram estreitos laços de aliança” (ALMEIDA, 2010, p. 27).

Como explicar momentos importantes da nossa história sem considerarmos o protagonismo indígena? Pesquisas, principalmente a partir da década de 1990, demonstram como as escolhas e ações dos indígenas foram decisivas para vitórias ou derrotas dos colonizadores, apesar que,

---

4 O sistema de Sesmarias foi praticamente uma cópia da legislação criada, em 1375, em Portugal pelo rei D. Fernando I, visando solucionar os problemas referentes à escassez de alimentos e buscando fixar camponeses à terra. (PEREIRA apud MOTA, 2011).

como destaca Maria Regina Celestina Almeida “eles próprios tenham sido sempre os maiores prejudicados” (ALMEIDA, 2017, p. 22).

As cartografias produzidas no espaço-tempo do século XVI, na invenção de um Brasil, não tinham como prerrogativa o retrato do indígena como protagonista de sua formação, todavia, contraditoriamente não era possível negar a sua existência, sua presença originária na ocupação do território pelos colonizadores mesmo diante de uma narrativa poderosa de “espaços vazios” (GALETTI, 2000).

Tal narrativa ainda se aprimora na validação de um sertão, que ainda persiste em pleno século XXI, a ser conquistado pelo Estado e a economia neoliberal. As frentes de expansão e pioneiras em curso para a Amazônia brasileira, também frentes atuantes no Centro-Oeste brasileiro, se pautam em produzir um Brasil a ser ocupado, respectivamente “terras sem gentes para gentes sem-terra”. Aqui, hoje mais do que nunca, as gentes sem-terras são as mineradoras, as madeireiras, as empresas neoliberais insistindo em produzir uma imagem de desenvolvimento sustentável e produzir um Brasil cujo *modus operandi* é o mercado. Isso, obviamente, é outra discussão, mas não poderíamos deixar de registrar que a perversidade do século XVI, a invasão às terras dos povos indígenas, têm se atualizado a cada século. Todavia as feições, os interesses, de certa forma se atualizam à sua imagem e semelhança.

André Doré (2022, p. 21-22) esclarece que “o mapa representa com toda a clareza a passagem de um documento (um mapa) a monumento” que é seu uso para o serviço do poder, de modo que “ele é o resultado do empenho das sociedades em ‘impor ao futuro’ – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias”. As imagens que escolhemos produzem um desenho de um Brasil ainda em construção, evidencia que cartografias não são representações do que se é, mas, sempre, do que se planeja. Cartografias não são inocentes e, tampouco, desinteressadas como desenhos aleatórias a representar um lugar, um Brasil.

É imprescindível que a materialidade de uma cartografia seja analisada a partir da “sua autoria, sua importância, seu contexto de produção, as intenções e os interesses envolvidos no seu desenho” (DORÉ;

FURTADO, 2022, p. 15-16). Absolutamente nada em uma cartografia está ali por acaso. “Todos são alvos de inquirição cuidadosa dos autores para desvelar seus significados, por vezes bem claros; outras, quase ocultos” (DORÉ; FURTADO, 2022, p. 15-16).

## Cartografias indígenas

Antes do contato a terra era tão aberta...  
(Wisio Kawaiweté, 2017)

“Antes do ‘branco’ pisar na nossa terra a vida era boa, vivíamos a alegria”, é uma narrativa recorrente entre os kaiowá, que vivem em Mato Grosso do Sul, e que vai de encontro à explicação feita por outros diversos povos, como as feitas por Wisio, povo Kaiabi, sobre os impactos do contato na vida indígena.

Antes da chegada do homem branco, os indígenas eram livres e felizes, a terra era o próprio devir, em aberto para ser habitada, sem fronteiras e sem limites, o que difere dos habitus moderno ocidental. Outras vivências com a terra operavam nas relações entre povos indígenas, mas nenhuma delas tinha como mediador a cerca, a propriedade privada.

Antes do contato Wisio, e tantos outros povos indígenas, experimentou – experimentaram – uma vida diferente. Outras histórias existiam sem ainda existir o Brasil. Outras cartografias e formas de habitar a terra eram partilhadas por milhares de povos e coletivos de pessoas com formas próprias de pensar e agir, modos próprios de falar e refletir sobre o mundo, de relações de afeto e inimizades com os outros, na produção dos outros, de suas histórias próprias e formas singulares de geo-grafar a/na Terra.

Para quem tem dúvidas se outro mundo é possível? Outro mundo é possível porque já existiu, “o que é hoje o Brasil indígena são fragmentos de um tecido social cuja trama, muito mais complexa e abrangente, cobria provavelmente o território como um todo” (CUNHA, 1992, p. 14). As estimativas da população indígena pré-colombiana e pré-cabralina ainda são controversias, mas afirma-se que pelo menos mil povos habitavam as terras que hoje chamamos de Brasil.

Diante de uma conformação socioespacial extremamente complexa no passado, e ainda hoje com múltiplas estratégias de resistência para continuarem a existir no presente-futuro, os povos indígenas devem ser percebidos como uma presença atual e importante, cujas ações de mobilização demarcam no chão da Terra comum a vida com uma multiplicidade de estratégias para continuarem a existir.

Re-existem desde a chegada do primeiro “branco” invasor, como certa vez explicou o ñanderu Jorge, atualmente vive na Reserva Indígena de Dourados. Re-existem pela rebeldia em enfrentar interesses de fazendeiros, madeireiros, mineradoras e o agronegócio (sendo esse o maior poder econômico e político existente no Brasil hoje) ao construírem uma outra lógica de ocupação do espaço.

Atualmente estima-se a existência de 5 mil povos indígenas em todo o mundo, cuja estimativa seria de 476.6 milhões de pessoas, o que representa 6.2% da população mundial (IWGIA<sup>5</sup>, 2024). Como já dissemos anteriormente, no Brasil, os povos indígenas correspondem a 305 povos. Em 2022, a população indígena correspondeu a 1.693.535 pessoas, o que representou 0,83% da população total do país. Em 2010 essa população correspondia a 0,47%. Apesar da população indígena no Brasil ainda não corresponder 1% da população total, destaca-se uma ampliação expressiva desde o Censo Demográfico de 1991<sup>6</sup>, mas, sobretudo, em 2010, por ter sido um marco no recenseamento da população indígena no Brasil, impulsionado por novas metodologias que permitiram resultados mais eficientes para viabilizar a contagem dos residentes indígenas.

Tais resultados sobre a população indígena só podem ser explicados por séculos de resistências, formas diversas de promoverem a vida em um país cujas ações socioespaciais foram impulsionadas para dizimar os povos indígenas. É nesse contexto trágico que até meados de 1970 era recorrente uma visão bastante pessimista sobre os povos indígenas por parte dos indigenistas, o seu desaparecimento era algo compreendido como inevitável diante de séculos de

---

<sup>5</sup> IWGIA – *International Work Group for Indigenous Affairs*.

<sup>6</sup> Importante ressaltar que em 1991 (também no Censo 2000), a categoria “indígena” foi investigada no quesito cor ou raça na Amostra. No Censo 2010 e 2022, o censo indígena investigou o contingente populacional indígena dentro do quesito cor ou raça, totalizando o universo de domicílios pesquisados (IBGE, 1991; 2000; 2010; 2022).

colonização e as políticas integracionistas no início do século XX implementadas pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Os indígenas iriam, progressivamente, desaparecer! E esse era o grande mito que a roda viva da colonização do passado e do presente, graças aos indígenas, não tiveram êxito.

Hoje, após 524 anos de colonização, e mais de 100 anos do que objetivava a política de assimilação do SPI, a vida indígena, em sua multiplicidade e diversidade, demarca as toponímias de um Brasil profundo a partir de outras cartografias, como as duas a seguir (Imagem 5 - Cartografia dos *tape* na produção do *ára joguigui*; Imagem 6 - Cartografias de um Brasil Yvy Kãdire), produzidas por dois autores kaiowá e geógrafos que elaboraram cartografias das suas terras ancestrais a partir de uma outra forma de grafar a terra, de produzir o Brasil.

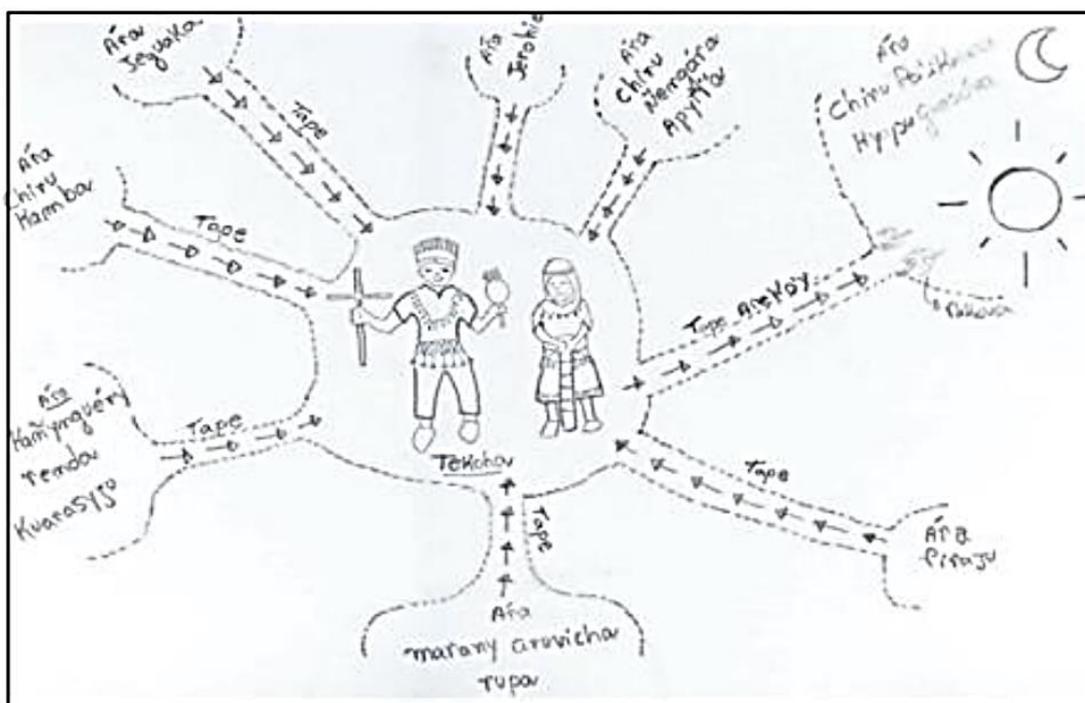


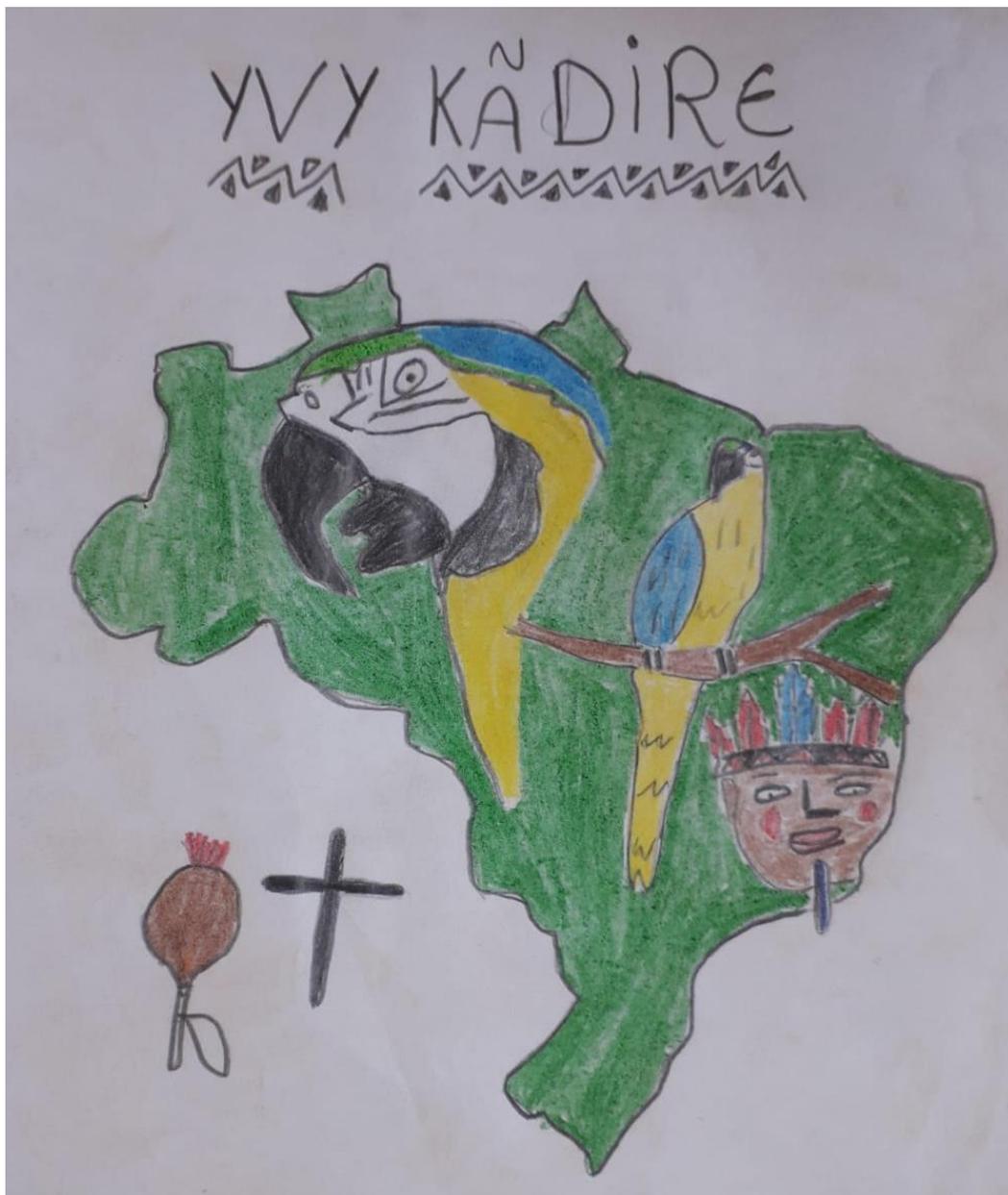
Figura 5 - Cartografia dos *tape* na produção do *ára joguigui*

Fonte: Elaborado por Eliel Benites, 2021.

Eliel Benites (2021) explica, em sua tese de doutorado, que os *tape* são caminhos, estradas e/ou trilhas produzidas pelos kaiowá e guarani ao longo de sua existência terrestre, conectando relações com os espíritos,

gentes, plantas e relações outras com o mundo em transformação, com os novos agentes que passaram a ocupar suas terras e produzir a Reserva *Te'yi kue* e a produção de diferentes *tape*, como os *tape guasu* (atrelados às novas relações que passaram a desenvolver desde a chegada dos não indígenas); e os *tape po'í* (que são os lugares íntimos dos kaiowá). Em diálogo com Dona Amélia, o autor Eliel entende que *ára joguigui* são camadas celestes sobrepostas do mundo kaiowá e guarani conectadas por diferentes *tape*.

A explicação de Benites (2021, p.98), em diálogo com Amélia, é que “o *ára pyti'a* está na região onde nascem o sol e a lua (nascente), que é o *ára* do *ñanderuvusu*, da sua esposa *ñandesy guasu* e de *pa'ikuara* (seu filho, o próprio sol); o *ára jerohie* e o *ára jeguaka* estão na região do nordeste até o noroeste; do lado oeste está o *ára chiru kamba* (aldeia dos guardiões das doenças), o *ára kañynguéry renda* e o *kuarasyju* (aldeia dos guardiões dos mortos); e no sul e sudeste se localizam o *ára marana'y aruvicha* (aldeia dos guardiões das tempestades) e o *ára piraju*. As setas indicam os *tape* (caminhos) por onde transitam esses *chiru*, e o casal de kaiowá e guarani representa o lugar do *tekoha* humano, o lugar do encontro para prosseguir na direção do *ára pyti'a*. Na representação, podemos também perceber as trilhas cósmicas (*tape*) e os dois pés de bananeira, que, segundo a *ñandesy* Dona Amélia, identificam o início do *okarusu* (grande pátio do *ñanderuvusu*)”. A seguir, outra representação (Figura 6):



**Figura 6 - Cartografias de um Brasil Yvy Kādire**

Fonte: Elaborado por Germano Lima Alzino, 2024.

O *kaiowá* Germano produziu, em diálogo com o *ñanderu* Jairo Barbosa, essa bonita cartografia que demonstra uma outra forma de imaginação geográfica sobre o Brasil. Jairo explicou que antigamente os *kaiowá* se reconheciam como *kanindeju*, e a terra que habitavam antes do “descobrimento” era *Ivy kādire* (*yvy* - terra + *kādire* - arara), cujo significado é uma pessoa sagrada que de tanto rezar virou um pássaro.

*Kãdire* é a terra sagrada, o lugar bom de viver antes da chegada dos colonizadores. Nessa época, esclarece Jairo, não existiam os kaiowá contemporâneos. Os kaiowá de hoje eram (ou descendem) os *ava kanideju*, por isso o que hoje entendemos por Brasil era o *Yvy Kãdire* representado por uma pessoa sagrada, um grande *ñanderu*, e o pássaro, *arara kãdire*.

Germano, a partir dos ensinamentos de Jairo, subverte a representação do Brasil oficial e hegemônica. Ao invés da bandeira e o brasão oficial temos um rezador – *ñanderu* – e duas araras. Compõem ainda o desenho cartográfico o *kurusu* (cruz) e a *maracá* (chocalho com sementes), que compõem a cultura material que são imprescindíveis para existência kaiowá. O Brasil é outro nesse desenho, imaginado e sonhado por Jairo e registrado por Germano.

As cartografias de Germano e, da mesma forma, aquela produzida por Eliel Benites demonstram o interesse desses pesquisadores pelas histórias e geografias do seu povo. São dois professores e pesquisadores cujo processo de formação deve ser contextualizado por dentro do papel político da educação escolar intercultural indígena que, conseqüentemente, tem permitido o domínio do uso do “papel-documento<sup>7</sup>” e da escrita – o que antes se dava somente pela oralidade. Gerações tem se formado e produzido suas próprias histórias que compõem livros didáticos (também produzido na língua nativa) para as aldeias, trabalhos de conclusão de curso, mestrados e doutorados.

É o Brasil indígena produzido pelos povos indígenas, da juventude indígena em diálogo com as pessoas mais velhas de seus coletivos étnicos na construção de representações sobre a Terra e formas de habitá-la. O *kurusu* e a *maracá* seguram o mundo para que o mundo não despenque, formas extraordinárias de adiar o fim do mundo (KRENAK, 2019) estão sendo produzidas e contadas nas terras indígenas. Desenhar o Brasil de outros jeitos indica a potência radical da emergência de um futuro ancestral (KRENAK, 2022) que só é possível com o reconhecimento e garantia às terras dos povos indígenas.

---

<sup>7</sup> Os kaiowá, sobretudo os *ñanderu* e *ñandesy*, insistem na transformação do mundo indígena a partir da chegada do papel-documento que tem sentido no mundo dos brancos, mas, que, foi incorporado pelos indígenas a fim de comporem o direito a seus territórios étnicos ancestrais.

## Considerações finais

Os povos indígenas sempre estiveram nas cartografias a representar e produzir uma imagem-ideia de Brasil em desenhos produzidos por aqueles que sempre os silenciaram. Atualmente indígenas produzem seus próprios desenhos para representar o mundo, a Terra e o Brasil, a partir de suas cosmogeografias (MOTA, 2015). Indígenas demarcam sua presença complexa na sociedade contemporânea na construção de uma nova cartografia do Brasil. Reivindicam seus territórios e contam uma versão própria dos processos de colonização que seus ancestrais participaram como agentes políticos. Exatamente por serem protagonistas de suas histórias, os indígenas têm se tornado autores e autoras que questionam a geografia do Brasil com topônimos coloniais.

São eles que reivindicam seus direitos territoriais na escala local de suas redes de pertencimento na luta por seus territórios ancestrais e, ao mesmo tempo, na mobilização nacional do movimento indígena. Destaca-se aqui a importância da APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil). Indígenas estão questionando a geografia oficial do Brasil e produzindo outras geografias, as geografias indígenas, como pesquisadoras e pesquisadores que falam de si e sobre seus povos, trazendo, portanto, um método revolucionário nas formas como produzir a Geografia e elaborar um pensamento outro sobre ela.

Novos autores e novas autoras indígenas estão elaborando uma nova cartografia do Brasil. Nesse aspecto, os indígenas deixam de ser “objetos” de análise do outro não indígena e estão redesenhando o Brasil em um outro sentido, com outros interesses e intenções, ocupam o devido lugar de “sujeitos” produzindo cartografias de um Brasil indígena.

Josemar Benites, guarani, mestre em geografia e professor da escola na Mbo´eháro Tava Okara Rendy, na terra indígena Cerrito, município de Eldorado (Mato Grosso do Sul), escreveu em sua dissertação: “Os brancos sempre escreveram sobre nós. Agora somos nós, que também escrevemos” (BENITES, 2022). E desenham outras cartografias de um Brasil que é, antes mesmo de ser uma nação, indígena. Os povos indígenas têm nos provocado a pensar que um Brasil que se pretende continuar a existir precisa apoiar e se juntar as suas mobilizações e, dessa maneira, garantir um futuro ancestral. Um futuro ancestral não como utopia, mas como possibilidade real, pois, como escreveu

Krenak olhando os meninos Yudjá remando em uma canoa no rio observação a invocação do tempo ancestral.

Os meninos remavam de maneira compassada, todos tocavam remo na superfície da água com muita calma e harmonia: estavam exercitando a infância deles no sentido do que o seu povo, os Yudjá, chamam de se aproximar da antiguidade. Um deles, mais velho, que estava verbalizando a experiência, falou: “nossos pais dizem que nós já estamos chegando perto de como era antigamente”.

Eu achei tão bonito que aqueles meninos ansiassem por alguma coisa que os seus antepassados haviam ensinado, e tão belo quanto que a valorizassem no instante presente. Esses meninos que vejo em minha memória não estão correndo atrás de uma ideia prospectiva do tempo nem de algo que está em algum canto, mas do que vai acontecer exatamente aqui, neste lugar ancestral que é seu território dentro dos rios. (KRENAK, 2022, p. 5-6)

\*Dedico este texto aos povos indígenas, especialmente aos kaiowá e guarani, por me ensinarem que o Futuro Ancestral é possível.

## Referências

ALMEIDA, Maria Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ALMEIDA, Maria Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ALMEIDA, Maria Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 37, nº 75, 2017

BATALLA, Guillermo Bonfil. **México profundo: uma civilização negada**. trad. Rebecca Lemos Igreja. Brasília: Editora UnB, 2019.

BENITES, Eliel. **A busca do teko araguyje (jeito sagrado de ser) nas retomadas Territoriais Guarani e Kaiowá**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021.

BENITES, Josemar. **Tekoha Laguna Piru: memórias de um território étnico imaginado e sonhado pelos guarani**. Dourados, MS: UFGD, 2022.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Fapesp, 1992.

DORÉ, Andréa; FURTADO, Junia Ferreira. **História do Brasil em 25 mapas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

DORÉ, Andréa. Antes de existir o Brasil. Planisfério de Cantino, 1502. In: DORÉ, Andréa; FURTADO, Junia Ferreira. **História do Brasil em 25 mapas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

FAUSTO, Carlos. Os índios antes do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.  
GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso**. Tese (Doutorado em História) - FFLCH, USP, São Paulo, 2000.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo demográfico 2010. Características gerais dos indígenas – resultados do universo**. Disponível em: [http://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/Caracteristicas\\_Gerais\\_dos\\_Indigenas/pdf/Publicacao\\_completa.pdf](http://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_dos_Indigenas/pdf/Publicacao_completa.pdf). Acesso em 10 jul. 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo demográfico 2022. Características gerais dos indígenas – resultados do universo**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em 10 jul. 2024.

IWGIA. **The Indigenous World**. Copenhagen, Denmar Dwayne Mamo: Eks-Skolens Grafisk Design & Tryk, 2024.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das letras, 2019

KRENAK, Ailton. **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MASSEY, Doreen Barbara. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. **Revista GEOgraphia**, 2004, Ano 6, n.12.

MASSEY, Doreen Barbara. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá**: diferenças geográficas e as lutas pela des-colonização na Reserva Indígena e nos acampamentos-tekoha – Dourados/MS. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Presidente Prudente: UNESP, 2015.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contracapa, 2002.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 26.ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RODRIGUES, Ayrton Dall’Igna. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. **D.E.L.T.A.** Vol.9, N.1, São Paulo. 1993. p. 83-103.

SCHWARCZ, Lilian Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Wisio Kawaiwete. Antes do contato a terra era tão aberta. In: RICARDO, Carlos Alberto; RICARDO, Fany Pantaleoni (Org). **Povos Indígenas no Brasil 2011/2016**. São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA), 2017.

## AUTORA

### **Juliana Grasiéli Bueno Mota**

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - FCT-UNESP (2015). Atualmente, é professora na Universidade Federal da Grande Dourados, onde leciona na Faculdade de Ciências Humanas nos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia. Coordena o Grupo de Pesquisa Geografias e Povos Indígenas (GeoPovos Nãndereko).

E-mail: [julianamota@ufgd.edu.br](mailto:julianamota@ufgd.edu.br)

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/0584039873715893>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6674-1555>

---

Recebido para publicação em maio de 2024.

Aprovado para publicação em agosto de 2024.